

**AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA PROMOTORIA DE
JUSTIÇA DE MONTEIRO – PB**

ASSUNTO: Pedido de apuração e anulação do Concurso Público realizado pela Prefeitura Municipal de Monteiro – PB

REQUERENTE: Anônimo

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Promotor(a) de Justiça,

Venho, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fundamento nos princípios da legalidade, moralidade e publicidade que regem a Administração Pública, requerer a **apuração de possíveis irregularidades e a anulação do Concurso Público** realizado pela **Prefeitura Municipal de Monteiro – PB**, conforme os fatos e fundamentos a seguir expostos:

1. DOS FATOS

A Prefeitura Municipal de Monteiro – PB publicou [edital](#) de concurso público com inscrições realizadas pela internet entre os dias **01 de setembro a 02 de outubro de 2025**, com **homologação prevista para 16 de dezembro de 2025**. O certame oferece **114 vagas** para diversos cargos de níveis **fundamental, médio, técnico e superior**, com salários de até **R\$ 5.597,94**.

A banca organizadora **FACET CONCURSOS – Associação de Ensino Superior Santa Terezinha / Faculdade de Ciências de Timbaúba**, sediada em Timbaúba – PE e responsável pelo concurso foi contratada sem licitação, pode ser conferido neste [link](#).

Contudo, conforme amplamente divulgado no link em anexo da plataforma jurídica [JusBrasil](#), a referida banca acumula **mais de 50 processos judiciais** nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, envolvendo **suspeitas de fraudes, irregularidades em concursos públicos, falta de transparência e descumprimento de normas legais**.

Tais informações levantam sérias dúvidas quanto à lisura e à legalidade do certame em questão, colocando em risco o princípio da impessoalidade e da igualdade de condições entre os candidatos.

2. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A Constituição Federal, em seu artigo 37, caput, estabelece que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**. A realização de concursos públicos deve observar rigorosamente tais princípios, sob pena de nulidade.

A jurisprudência pátria tem reconhecido que **irregularidades graves na condução de concursos públicos, especialmente quando envolvem bancas com histórico de processos judiciais, podem ensejar sua anulação**, visando preservar o interesse público e a confiança da sociedade nos processos seletivos.

3. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

- A instauração de procedimento investigatório para apurar as possíveis irregularidades no concurso público realizado pela Prefeitura Municipal de Monteiro – PB;
- A suspensão imediata da homologação do certame até a conclusão das investigações;
- A eventual **anulação do concurso público**, caso sejam confirmadas as irregularidades que comprometam sua legalidade e moralidade;
- A responsabilização dos envolvidos, nos termos da legislação vigente.

Nestes termos, Pede deferimento.

Monteiro – PB, 19 de agosto de 2025

Blog do
Nill Júnior
Informação com credibilidade

Mais
que uma escolha
FINANCEIRA.

O Sicoob tem tudo
pra ser seu, da sua empresa
e do seu agronegócio.

[Home](#) | [Perfil](#) | [Regras](#) | [Política de privacidade](#) | [Contato](#) | [Coluna do Zé Peba](#)

Contratação da Facet pela Prefeitura de Monteiro acende alerta sobre integridade de concurso

Publicado em Notícias por André Luis em 31 de julho de 2025

A escolha da banca Facet Concursos, sediada em Timbaúba (PE), pela Prefeitura de Monteiro (PB) para organizar seu próximo concurso público tem gerado preocupações no meio jurídico e entre os futuros candidatos.

O histórico recente da empresa, marcado por investigações e denúncias de

irregularidades em diversos certames, levanta questionamentos sobre a lisura do processo seletivo.

[Buscar](#)

Conheça o autor

PEDRO VELHO: MPRN AJUÍZA AÇÃO PARA QUE MUNICÍPIO E BANCA ORGANIZADORA DE CONCURSO APRESENTEM DOCUMENTO

[MPPB investiga se prefeito teria negociado vagas de concurso com parentes e aliados no Sertão](#)

[Ministério Público investiga fraude em concurso da Câmara de João Câmara por banca envolvida também em Itambé-PE](#)

[Supostas fraudes em concurso na prefeitura de Doutor Severiano \(RN\)](#)

[Juiz suspende concurso da Prefeitura de Princesa Isabel após denúncia contra banca contratada por R\\$ 350 mil](#)

[Segundo advogado, FACET é alvo de ações judiciais por não fornecer o cartão de inscrição aos inscritos](#)

[Saiba qual é a prefeitura da PB que entrou na mira do MP por suspeita de fraude em concurso público para beneficiar parentes e aliados](#)

[Organizadora remarca provas de concurso na PB após constatar fraude](#)

[Ministério Público investiga suposta fraude em concurso público da Prefeitura de Barra de Santa Rosa](#)